

Revista a EVOLUÇÃO



Memórias Literárias

5
9
11
15
17
21
23
25
27
29
33
37
41

CEU
Liter
comun
corações
entrecruza
certeza, irão

Transformar a vida em literatura...
experiência de viver, como nos diz Suassuna.
Vamos mergulhar nessas histórias? É o convite
da obra que agora se apresenta.
As histórias aqui registradas estão guardadas
num lugar muito especial e focado em estudos
antiguidade – a memória.

rias

PREFÁCIO

ascinante.
Suassuna

que se cruzam e
leitoras e leitores, co
A obra que se apresenta
guardada em um lugar
estudos de antiguidade

CEU ÁGUA AZUL

MEMÓRIAS LITERÁRIAS

CEU ÁGUA AZUL



Filada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



INTERNATIONAL
SERIAL
NUMBER
CENTRE



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano V - nº 52 - Maio de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Manuel Francisco Neto

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaneuf

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos

Andressa Talita de Lara

Antônio Evaristo

Daniela da Silva Souza Santos

Dinah Luisa da Silva

Ester de Paula Oliveira

Elisangela Santos Reimberg Eduardo

Fernanda Jaquelina Irineu Holanda

Janaina Pereira de Souza

Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro

Letícia Zuza de Lima Cabral

Luciana Pereira dos Santos Martins

Lucimara dos Santos de Barros

Marcela Rodrigues Pimentel

Maria Aparecida da Silva

Maria de Lourdes Ferreira da Silva

Maria Gilma do Nascimento Azevedo

Marilena Wackler

Monik de Cássia Sena de Almeida Morelo

Monika Shinkarenko

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Sabino Lázaro Argentino

Sidneia Viana

Sileusa Soares da Silva

Simone de Cássia Casemiro Bremecker

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 52 (mai. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 206 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.52

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS: <https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.52>



São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Isac Chateaufneuf

José Wilton dos Santos

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Dr. Isac Chateaufneuf

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Dr. Isac Chateaufneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

Vilma Maria da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>

<https://pixabay.com>

<https://www.pngwing.com>

<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaufneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

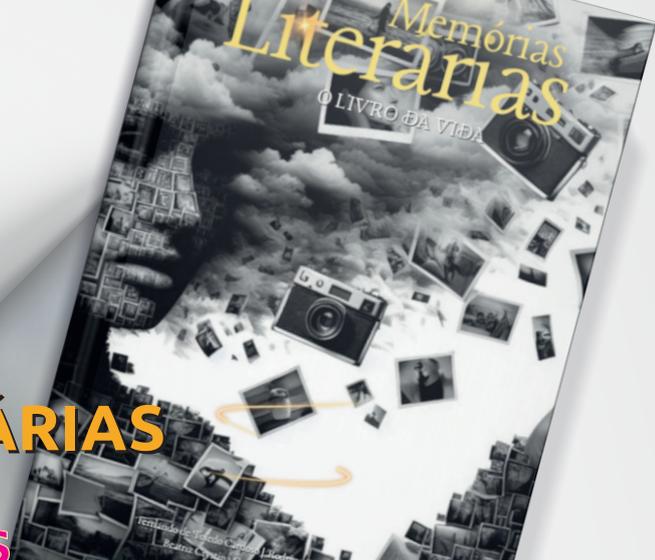
11 DESTAQUE

MEMÓRIAS LITERÁRIAS

14 POIESIS

J. Witon

ARTIGOS



1. A INSTRUÇÃO COGNITIVA E O CONHECIMENTO DURANTE O INÍCIO DA LINGUAGEM ESCRITA ALECINA DO NASCIMENTO SANTOS	15
2. OS ALUNOS DE EJA E AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS ANDRESSA TALITA DE LARA	23
3. A INSERÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA COMO DISCIPLINA NOS PROGRAMAS CURRICULARES DAS ESCOLAS DO ENSINO PRIMÁRIO ANTÔNIO EVARISTO	31
4. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR DANIELA DA SILVA SOUZA SANTOS	39
5. A RELEVÂNCIA DA SEGURANÇA E CULTURA DE PAZ NA EDUCAÇÃO DESDE A INFÂNCIA DINAH LUISA DA SILVA	45
6. REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DAS ARTES ELISANGELA SANTOS REIMBERG EDUARDO	53
7. OS ANOS INICIAIS E AS EXPERIÊNCIAS DE LINGUAGEM ESTER DE PAULA OLIVEIRA	59
8. A EDUCAÇÃO E O ENSINO DA CULTURA INDÍGENA FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	65
9. A EDUCAÇÃO FÍSICA E A MOTRICIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL JANAÍNA PEREIRA DE SOUZA	71
10. A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO E DA SUPERVISÃO ESCOLAR JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	77
11. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O DESEMPENHO EM MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO LETÍCIA ZUZA DE LIMA CABRAL	85
12. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL E DAS HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS MARTINS	93
13. NEUROCIÊNCIA, ORALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL LUCIMARA DOS SANTOS DE BARROS	105
14. REGGIO EMILIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARCELA RODRIGUES PIMENTEL	111
15. A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO MARIA APARECIDA DA SILVA	117
16. A LUDICIDADE E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO CORPORAL NAS CRIANÇAS MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA	123
17. DIVERSIDADES NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA GILMA DO NASCIMENTO AZEVEDO	133
18. LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO DOCENTE MARILENA WACKLER	141
19. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A ÁGUA MONIK DE CÁSSIA SENA DE ALMEIDA MORELO	151
20. O TEA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA MONIKA SHINKARENKO	159
21. NEUROLINGUÍSTICA: UMA INTERSEÇÃO ENTRE NEUROCIÊNCIA E LINGUAGEM PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	165
22. O IMPACTO DO ESTILO DE LIDERANÇA OPTADO PELO GESTOR ESCOLAR NA GESTÃO DA ESCOLA SABINO LÁZARO ARGENTINO	171
23. RELAÇÕES AFETIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR RELACIONADAS AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SIDNEIA VIANA	183
24. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA TEA SILEUSA SOARES DA SILVA	191
25. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO UNIVERSO SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	199

A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO

MARIA APARECIDA DA SILVA¹

RESUMO

A gestão educacional é fundamental para que a escola funcione de maneira eficiente e eficaz. Para explorar esse tema, foi realizada uma pesquisa qualitativa com o objetivo geral de discutir brevemente a história da gestão educacional e, como objetivos específicos, analisar a aplicação da gestão democrática nas escolas públicas. Os resultados indicaram a necessidade de um olhar diferenciado e de abordagens logísticas que integrem a comunidade escolar, assegurando que a gestão seja verdadeiramente democrática e participativa. Para isso, foi realizado um estudo qualitativo sobre o tema, com o objetivo geral de discutir brevemente a história da gestão educacional e, como objetivos específicos, refletir sobre a importância da aplicação da gestão democrática nas escolas públicas.

Palavras-chave: Educação; Formação Continuada; Gestão Democrática. Participação.

INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, o Brasil vivenciou uma transição política significativa após um longo período de ditadura militar iniciado em 1964. Esse regime censurava diversos campos, inclusive o cultural. Com o fim da ditadura, o país começou a redesenhar seu panorama político, redemocratizando vários setores, incluindo a Educação. Nesse contexto, surgiram diversas mudanças, incluindo uma nova abordagem para a gestão educacional, baseada na gestão democrática pública e participativa, que envolve professores, gestores, comunidade e estudantes.

A gestão educacional é fundamental para que a escola funcione de maneira eficiente e eficaz. A gestão democrática pública e participativa surgiu da necessidade de eliminar a cultura de cargos de confiança indicados por

governantes, evitando a centralização dos recursos e a interferência governamental. Esse tipo de gestão foi institucionalizado no Brasil com a Constituição de 1988.

O artigo 206, inciso VI, introduziu uma nova forma de administrar as escolas públicas, levando a diversas discussões em seminários, fóruns e congressos na década de 1990 para esclarecer e implementar esse novo modelo de gestão.

Entretanto, a implementação desse modelo de gestão educacional enfrenta desafios, como a visão hierárquica equivocada da gestão e a ausência da participação comunitária na escola. Este artigo justifica-se na necessidade de orientar gestores e professores sobre a importância da escuta ativa e da participação democrática da comunidade escolar, visando criar parcerias e melhorar a qualidade do ensino.

¹ Licenciatura Plena em Português e Inglês pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL. Pós-graduação em Artes Visuais e História da África pela Universidade FAVENI, cursando Gestão em Educação pela Favela e Pedagogia pela FAUESP. Professora de Ensino Fundamental II e Médio na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

HISTÓRICO DA GESTÃO EDUCACIONAL

A Constituição Federal de 1988, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, pressupõe que as relações dentro da escola devem promover integração, cooperação e participação, sendo necessário que as propostas sejam construídas pelos próprios atores sociais envolvidos no processo. A LDBEN regulamentou a gestão democrática como um novo princípio de gestão das escolas públicas, estabelecendo em seu Artigo 3º: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, s/p.).

A partir desse momento, as escolas deveriam adotar o modelo de gestão democrática pública e participativa, regulamentando-o conforme o funcionamento das instituições. O Plano Nacional de Educação estabeleceu como meta a criação e regulamentação do novo modelo de gestão, incentivando a participação da comunidade e assegurando autonomia administrativa e pedagógica às escolas (BRASIL, 2001).

Assim, a gestão democrática e participativa é entendida como:

A possibilidade de a escola elaborar e gerir seus planos, programas e projetos. A autonomia administrativa da escola evita que esta seja submetida a uma administração na qual as decisões, a ela referente, sejam tomadas fora dela e por pessoas que não conhecem a sua realidade, contribuindo desse modo para que a comunidade escolar possa, por meio da vivência de um processo democrático e participativo, romper com a cultura centralizadora e pouco participativa em que têm sido elaborados os projetos e efetivadas as tomadas de decisões (DOURADO et al, 2006, p.5).

A gestão democrática, do ponto de vista das relações existentes nas escolas, enfatiza a importância de práticas educativas que ocorrem em todos os espaços, com a participação ativa de todas as pessoas envolvidas no processo. Esse envolvimento coletivo visa a tornar todos os

participantes responsáveis pela organização e qualidade do ensino de maneira democrática (LIBÂNEO, 2015).

A possibilidade de uma administração democrática, a partir de uma articulação entre forma e conteúdo, compreende os interesses da sociedade atual e está intimamente relacionada com o objeto a ser administrado:

a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora, determinam (...) a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar; ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos (educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação subjacentes à atividade produtiva capitalista (PARO, 1996, p. 151).

Desta forma, a gestão democrática prevista em lei apresenta-se como uma excelente ferramenta para resolver problemas que inviabilizam a construção de uma educação de qualidade. As Unidades Escolares (U.E.) que promovem maior participação da comunidade nas decisões conseguem resolver seus conflitos de maneira consensual, contemplando opiniões divergentes em relação ao corpo diretivo (ARCE, 2018).

Esse tipo de gestão, assim como a formação de gestores, é uma meta prioritária do Ministério da Educação e Cultura (MEC), uma vez que a qualidade da educação básica está diretamente relacionada a ela. Neste modelo, as diretrizes para uma escola são discutidas coletivamente e decididas em grupo. O papel da direção escolar é apoiar o grupo, promovendo autonomia, participação, transparência, responsabilidade e ética.

As escolas precisaram adotar o modelo de gestão democrática como instrumento

administrativo e regulamentar seus objetivos de acordo com o funcionamento das U.E. padrões. A gestão escolar abrange atividades administrativas, financeiras, tecnológicas, sociais e educacionais, baseando-se na regulamentação e legislação vigente, além das ações e relações estabelecidas com a comunidade (SILVA, 2018).

Essa abordagem à gestão educacional inclui liderança, planejamento, organização, direção, facilitação e outros processos relacionados à promoção do aprendizado e à educação dos estudantes. Trata-se dos processos e funções de coordenadores, diretores, supervisores e auxiliares.

A relevância desses profissionais está na responsabilidade pela organização e direção administrativa e pedagógica da escola, promovendo uma cultura escolar proativa e empreendedora por meio da autonomia, resolução de problemas e gestão adequada dos desafios existentes, utilizando-os como oportunidades para desenvolvimento e aprendizagem.

Assim, a gestão democrática interfere diretamente no processo de ensino e aprendizagem, trazendo mais oportunidades aos estudantes como um todo. É essencial responder aos seguintes questionamentos: Como funciona a gestão democrática nas escolas? Quem são os atores sociais envolvidos na gestão democrática? E quais são os desafios que ela enfrenta?

De acordo com a realidade das escolas e as necessidades que surgem com novos desafios, é fundamental discutir o papel do coordenador pedagógico e a formação de professores. A educação atual exige que coordenadores pedagógicos e educadores enfrentem as dificuldades encontradas no ambiente escolar, o que se tornou um grande desafio, já que a educação enfrenta um cenário cheio de dificuldades e precariedades (CLEMENTI, 2001).

A desvalorização da categoria obriga o professor a dobrar sua jornada de trabalho em um ambiente cada vez mais precário, onde falta apoio, recursos, verba e investimento. Por outro

lado, exige-se a formação continuada dos professores, que, além da falta de tempo, precisam dispor de recursos próprios para se atualizar.

Com essas demandas, fica evidente a necessidade de especialização dos professores para realizar um bom trabalho. No entanto, a formação continuada depende mais da mobilização pessoal do que do investimento por parte das escolas. Na rede pública estadual, por exemplo, o coordenador pedagógico que assume o cargo nem sempre tem formação inicial em Pedagogia, revelando que o contexto maior por trás das escolas não influencia na escolha do profissional, que se tornará formador de outros profissionais (CLEMENTI, 2001, p. 63).

Já Candau (2003) destaca que a formação oferecida pelo coordenador pedagógico favorece a promoção de diversas experiências articuladas com o cotidiano da escola, onde os professores podem participar de momentos de reflexão e intervenção direta na prática pedagógica.

DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Barros (2009) ressalta que a gestão democrática não deve ser composta apenas por gestores, mas por toda a comunidade escolar. Isso assegura que o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.), por exemplo, seja elaborado através de uma construção coletiva focada na qualidade da educação.

Infelizmente, há uma carência de gestores bem-preparados e instruídos para implementar projetos que visem uma escola pública de qualidade e com compromisso político. Docentes e demais membros da equipe escolar devem conhecer o P.P.P. o mais rápido possível, compreendendo as ações pedagógicas descritas e estudando as propostas para que possam ser aplicadas efetivamente (HORA, 2006).

Gadotti (2004) destaca a necessidade de a comunidade entender o processo de democratização das escolas para que possa

participar ativamente. Essa participação promove maior organização e contribui para a democratização das relações de poder, resultando na melhoria da qualidade da educação:

A gestão democrática, quando aplicada de forma efetiva, transforma a escola em um espaço de diálogo e participação, onde todos os envolvidos têm voz e papel ativo nas decisões. Isso requer um compromisso contínuo com a formação de gestores e educadores, bem como a criação de mecanismos que incentivem a participação da comunidade. Com esses elementos, é possível construir uma educação de qualidade, que não apenas atende às necessidades dos estudantes, mas também reflete os valores e expectativas da sociedade como um todo.

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida (GADOTTI, 2004. p. 16).

Paulo Freire também traz contribuições importantes sobre o processo, enfatizando a importância da participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional, promovendo uma educação que valorize o diálogo e a colaboração. Ele defende que a gestão democrática nas escolas deve ser um espaço onde estudantes, professores, gestores e a comunidade em geral possam contribuir e tomar decisões juntos, construindo coletivamente o caminho da educação.

Para Freire (1995), a educação deve ser um ato de liberdade, onde todos tenham a oportunidade de se expressar e serem ouvidos. Essa abordagem não só enriquece o ambiente escolar, mas também fortalece a formação cidadã dos estudantes, preparando-os para uma participação consciente e crítica na sociedade.

Ele argumenta que a gestão democrática pública e participativa nas escolas é fundamental

para a construção de uma educação libertadora. Essa gestão deve ser baseada no respeito mútuo, na escuta ativa e na valorização das experiências e conhecimentos de todos os membros da comunidade escolar.

Freire (1995), destaca que a verdadeira democratização da educação só será possível quando houver um compromisso genuíno com a participação de todos. Isso implica em criar espaços e mecanismos que facilitem o envolvimento da comunidade, garantindo que suas vozes sejam levadas em conta nas decisões que afetam a escola.

Além disso, aponta que a formação continuada dos educadores é essencial para o sucesso da gestão democrática. Os educadores devem ser incentivados a refletir sobre suas práticas, a trocar experiências e a se aperfeiçoar constantemente, em um processo de aprendizado contínuo e colaborativo.

Em resumo, Paulo Freire nos lembra que a gestão democrática pública e participativa é um caminho poderoso para transformar a educação. Ela nos desafia a construir uma escola mais justa, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno de todos os seus membros, promovendo uma cultura de diálogo, respeito e colaboração.

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade (FREIRE, 1995, p. 91).

Nesse sentido, a escola deve unir esforços para, junto à comunidade, realizar práticas e ações compartilhadas, fortalecendo a participação efetiva de todos os envolvidos. Um exemplo desse novo modelo de gestão é o conselho escolar, um órgão colegiado responsável por discutir a administração e votar nas questões que a maioria acredita ser o melhor

para a escola e os estudantes. Este conselho deve ser composto por representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, gestores, professores e funcionários (SILVA, 2016).

Ou seja, é necessário valorizar a participação em reuniões do conselho, considerando conversas informais, opiniões, sugestões críticas e outras questões, conforme as necessidades e ajustes necessários. A gestão democrática também deve se preocupar com a formação do conselho escolar, a reorganização das associações estudantis, a reformulação dos projetos político-educacionais, e garantir a participação de pelo menos dois representantes por unidade na eleição dos conselheiros escolares, entre outras ações.

Um desafio significativo está relacionado às políticas públicas voltadas para a gestão democrática, que muitas vezes mudam a cada quatro anos, refletindo os princípios do partido político eleito. Essa descontinuidade nas diretrizes educacionais afeta as escolas de forma abrangente. O poder público tem a capacidade de controlar diversas situações, como a administração escolar, a falta de professores, problemas estruturais e sistemas de dados que impactam o controle das escolas públicas.

O problema é complexo e requer uma consideração mais ampla e articulada das funções específicas envolvidas. Os profissionais da educação desempenham um papel crucial na escola, sendo articuladores, promotores e incentivadores de ações que fomentam a discussão e a reflexão no espaço coletivo.

Segundo Mendonça (2001), vários fatores dificultam a implementação da gestão democrática, como a interferência política na educação, o funcionamento do sistema como um todo, processos administrativos burocráticos e autoritarismo por parte da direção e administração escolar. Além disso, é fundamental que a comunidade compreenda o processo de democratização para que ele seja efetivamente aplicado.

Para que a gestão democrática ocorra de forma eficaz, é necessário que todos na escola, desde os líderes até os alunos e a comunidade, estejam alinhados e capacitados. Isso permitirá que a comunidade participe verdadeiramente das decisões que afetam o ambiente escolar.

Um dos principais requisitos da democracia é a proteção dos direitos humanos, incluindo a liberdade de expressão, a oportunidade de participar da vida política e o acesso à cultura. A democracia busca respeitar a base da liberdade humana como um direito, assegurado pelos governantes que regulam os deveres e direitos da população (MAZZA et al., 2017).

Nesse sentido, a igualdade entre a população é um princípio fundamental da democracia:

Como processo de atualização histórico-cultural, a educação envolve dimensões individuais e sociais, devendo visar tanto ao viver bem pessoal quanto à convivência social, no desfrute dos bens culturais enquanto herança histórica que se renova continuamente. A democracia, como meio para a construção da liberdade em sua dimensão histórica, faz parte dessa herança cultural. Entendida como processo vivo que perpassa toda a vida dos indivíduos, laborando na confluência entre o ser humano singular e sua necessária pluralidade social, ela se mostra imprescindível tanto para o desenvolvimento pessoal e formação da personalidade individual, quanto para a convivência entre grupos e pessoas e a solução dos problemas sociais, colocando-se, portanto, como componente incontestável de uma educação de qualidade (PARO, 2000, p.13).

Desta forma, é essencial ter um entendimento profundo desse processo para tomar decisões de forma coletiva, compartilhando responsabilidades e respeitando cada indivíduo como pessoa, e não apenas como um objeto de trabalho. Isso é fundamental para cumprir os objetivos estabelecidos em assembleia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, pressupõem que

as relações dentro da escola devem promover integração, cooperação e participação, com propostas construídas pelos próprios atores sociais envolvidos no processo.

A descentralização do poder foi fundamental para que a gestão democrática e participativa pudesse ser implantada nas escolas. Com essa descentralização, todos os atores sociais podem discutir e decidir sobre o que é melhor para a escola e, principalmente, para os estudantes.

Infelizmente, apesar da legislação pertinente, ainda existem obstáculos, como a inadequação dos espaços escolares para práticas diferentes das realizadas no horário de aula e a falta de reconhecimento dos princípios da educação integral para uma efetiva emancipação das escolas. Além disso, muitos membros dos Conselhos de Escola e da comunidade não participam ativamente ou desconhecem seus direitos de participação.

É necessário retomar e revisar o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.), assegurando que ele incorpore os princípios da gestão democrática e participativa, integrando diversos fatores e considerando os princípios da Educação Integral.

Os resultados desta pesquisa mostram que a implementação da gestão democrática tem ocorrido de maneira significativa, mas são necessárias outras intervenções para que ela atinja todas as escolas.

Portanto, estratégias para implementar a administração democrática e participativa são ferramentas essenciais para resolver problemas e alcançar uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ARCE, P.D. **É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo?** Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 2018, 99 p.
- BARROS, L. A. M. **Gestão Democrática Escolar**. 2009. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/3513/1/LD_EJA_I_2013_15.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília – MEC, 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

CANDAU, V.M.F. **Universidade e formação de professores: que rumos tomar?** In: _____. (Org.). **Magistério, construção cotidiana**. 5 ed. Petrópolis, Vozes, 2003. c.2 30-50p.

CLEMENTI, N. **A voz dos outros e a nossa voz: alguns fatores que intervêm na atuação do coordenador**. In: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza, ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (org). **O coordenador Pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 53- 66.

DOURADO, L.F; MOARES, K.N. de; OLIVEIRA, J.F. **Conselho Escolar e Autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola**. Belo Horizonte: UFG, 2006, p. 1-6.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Olho D'água. 6. ed., 1995.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6 ed. rev. ampl. São Paulo: Heccus, 2015.

MAZZA, D.; SPIGOLON, N.I.; MODESTO, C.M. S.; FONTEBASSO, D.; ZAN, D.; FERRAZ, E.; PATTARO, T. **Educação integral: concepções e práticas no Brasil**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2017. Anais e trabalhos completos 1. Educação integral. II. Seminário de Educação Integral: concepções e práticas no Brasil. (2: 2017: Campinas, SP).

PARO, V.H. **Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública**. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n2/a02v28n2.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2024.

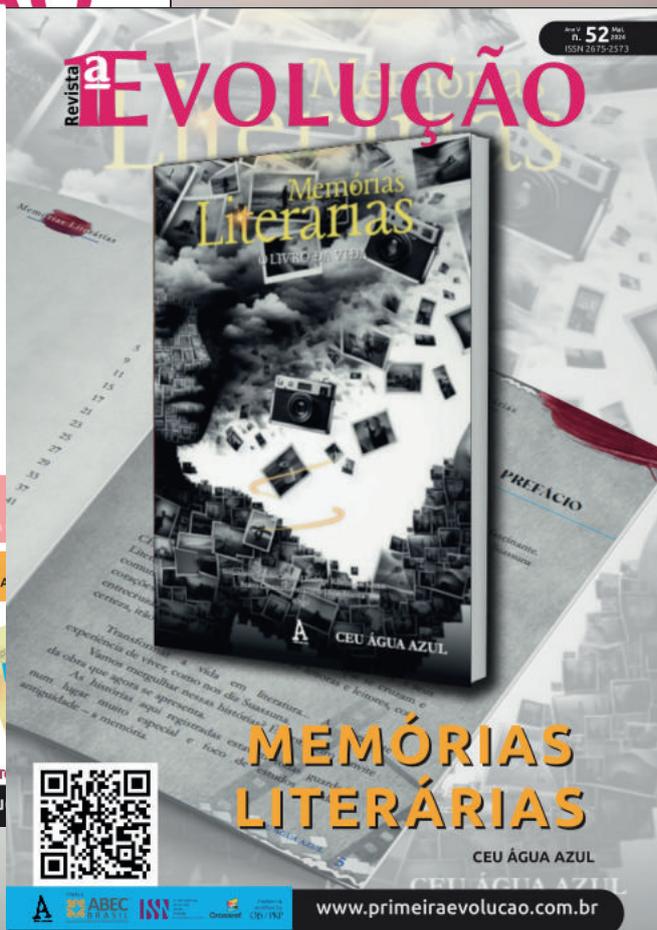
SILVA, M.A. **Atribuições, concepções e trabalho do diretor escolar após 2007**. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 18, n. 56, p. 253-278, jan./mar. 2018.

SILVA, R.M. **Processo histórico e político da gestão democrática escolar no Brasil**. **Revista de Educação, Ciências e Matemática** v.6 n.2, mai/ago 2016.



EVOLUÇÃO

Ano 51
n. 51
Abri. 2024
ISSN 2675-2573



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.52>

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alecina do Nascimento Santos
Andressa Talita de Lara
António Evaristo
Daniela da Silva Souza Santos
Dinah Luisa da Silva
Ester de Paula Oliveira
Elisangela Santos Reimberg Eduardo
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Letícia Zuza de Lima Cabral
Luciana Pereira dos Santos Martins
Lucimara dos Santos de Barros
Marcela Rodrigues Pimentel
Maria Aparecida da Silva
Maria de Lourdes Ferreira da Silva
Maria Gilma do Nascimento Azevedo
Marilena Wackler
Monik de Cássia Sena de Almeida Morelo
Monika Shinkarenko
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Sabino Lázaro Argentino
Sidneia Viana
Sileusa Soares da Silva
Simone de Cássia Casemiro Bremecker

ISSN 2675-2573



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

